

# Demografia Retrospectiva: uma nova dimensão da História seriada (fontes e métodos)

Relativamente novo é o interesse despertado pelos problemas demográficos no campo da pesquisa histórica. Até bem pouco tempo, os trabalhos historiográficos limitavam-se, quase sempre, a reservar, para o estudo de populações do passado, capítulos secundários e superficiais. Nada que se aproximasse de uma análise demográfica rigorosamente conduzida. Aos historiadores, faltava, talvez, uma certa sensibilidade frente a problemas desta natureza; mas faltava-lhes, sobretudo, o pleno domínio de processos metodológicos, sem os quais tornar-se-ia impossível a manipulação das fontes e a elaboração dos dados.

Tal situação é diagnosticada por M. Reinhard, em trabalho publicado na *Revue Historique* (1950), através do seguinte comentário: "As obras clássicas de História e de Demografia oferecem a curiosa particularidade de se ignorarem mutuamente" (1). Entretanto-

to, este divórcio tão lamentado pelo mestre francês já se encontrava em vias de superação. Os estudos de Ernest Labrousse, particularmente *Crise de l'Économie Française à la fin de l'Ancien Régime*, deixavam entrever a relevância dos estudos populacionais, abrindo, assim, amplas perspectivas para o desenvolvimento da Demografia Histórica. Por outro lado, L. Chevalier lançaria, em estilo de manifesto, um trabalho altamente sugestivo: *Pour une Histoire de la Population*. Outra contribuição de grande importância — nesta fase ainda embrionária dos estudos demográficos — é representada pelo artigo *Les crises de subsistances et la Démographie de la France d'Ancien Régime*, de J. Meuvret. Impõe-se, ainda, uma referência à obra de R. P. Mols, *Introduction à la Démographie Historique des Villes d'Europe*, publicada entre 1954 a 1956, e na qual o autor procede a rigoroso balanço de métodos e problemas<sup>(2)</sup>.

Como se vê, é sobretudo por volta dos anos 50 que vão surgir, na Europa principalmente, condições propícias ao estudo científico de populações do passado, pois neste momento é que serão lançadas as bases metodológicas da Demografia Histórica. A partir de então, multiplicam-se as monografias especializadas, e a análise demográfica torna-se cada vez mais fecunda e reveladora. Lastreados em processos metodológicos altamente elaborados, historiadores-demógrafos penetram a intimidade de populações passadas, revelando-nos, com notável rigor científico, os seus mecanismos mais secretos.

Ao analisar estruturas e flutuações demográficas, o pesquisador encontra-se capacitado para efetuar uma série de abordagens, extremamente ricas de significado: avaliar taxas de natalidade, nupcialidade e mortalidade; estudar variações sazonais e problemas de ilegitimidade, de mortalidade infantil, de analfabetismo. E, já em plano de maior elaboração, atingir aspectos mais complexos, como o estudo da fertilidade, da composição de famílias, das migrações, chegando mesmo à análise de problemas extremamente sutis, como o controle da natalidade e a mortalidade e nupcialidade diferenciais.

Desta forma, abrem-se novas perspectivas no campo da pesquisa, surgindo, assim, aquela “dimensão demográfica” de que nos fala P. Goubert, e sem a qual dificilmente poderia existir uma História plenamente social. Dentro da tendência totalizadora da historiografia contemporânea, o surgimento da demografia retrospectiva veio preencher uma lacuna de importância fundamental. Bastante sugestivo, neste sentido, é o fato de constatar, em grandes estudos recentemente publicados, a ênfase emprestada a esta nova “dimensão demográfica”. Bastaria citarmos, a título de exemplo, os trabalhos de Pierre Deyon, Marcel Couturier, Fernand Braudel e Pierre Goubert<sup>(3)</sup>.

Mas é preciso acentuar que a contribuição realmente decisiva

para os estudos populacionais do passado reside nos trabalhos pioneiros de Louis Henry e Michel Fleury, professores da École Pratique des Hautes Études. Juntos, eles publicaram, em 1956, *Des registres-paroissiaux à l'histoire de la population* (4), onde lançaram as bases metodológicas que iriam permitir, daí por diante, o levantamento sistemático dos registros paroquiais, fonte essencial para o estudo da Demografia Histórica. Mais recentemente, em 1967, L. Henry lançaria um segundo trabalho — *Manuel de Démographie Historique* — no qual seriam abordados outros aspectos da investigação demográfica, tais como: métodos de verificação dos dados, exploração de listas nominativas, etc (5). Os dois livros completam-se, formando uma unidade metodológica que funcionaria, a partir de então, como base ou inspiração para todos os trabalhos posteriores.

Restava, porém, testar a funcionalidade desta metodologia, aplicando-a ao estudo de um caso concreto. Neste sentido, Louis Henry, agora em colaboração com E. Gautier, realizou um trabalho de alto rigor científico, ao estudar os aspectos demográficos de uma comunidade da Normandia. O resultado foi o surgimento do livro, já clássico no gênero, *La Population de Crulai, paroisse normande* (6). Comprovava-se, assim, o êxito da metodologia proposta.

A partir de então, os estudos populacionais de períodos pré-estatísticos adquirem plena legitimidade no campo da investigação historiográfica. E hoje já dispomos de uma bibliografia extremamente rica em trabalho desta natureza.

Mas o interesse pela demografia retrospectiva não se restringiu, apenas, aos historiadores franceses. Especialistas de outros países, inspirados nesta metodologia, e adequando-a convenientemente às suas realidades, têm sabido tirar o melhor proveito de depósitos arquivísticos locais, onde dormiam, imprestáveis até então, valiosos dados quantitativos de natureza demográfica.

No caso particular do Brasil, já podemos contar com algumas contribuições importantes, apesar de impecilhos de toda ordem que entravam a investigação histórica: a quase inexistência do trabalho em equipe; a precariedade material das fontes demográficas; certas deficiências de conteúdo nos registros paroquiais; pobreza de recenseamento, quadros de população, listas nominativas e, finalmente, a presença de arquivos mal estruturados e desprovidos, quase sempre, de catálogos e inventários rigorosamente elaborados.

Tudo isto dificulta, sem dúvida, a pesquisa da demografia histórica brasileira, mas não chega a impedir a elaboração de estudos pioneiros, como se pôde verificar durante o I Congresso de História Quantitativa, realizado em Paris, no ano próximo passado. Ali, quatro universidades brasileiras — Paraná, S. Paulo, Guanabara e

Bahia — se fizeram representar, com trabalhos especialmente dedicados à demografia retrospectiva (7).

Salientado, pois, o alto significado dos estudos populacionais em nível de história quantitativa, parece-nos necessário, a partir de agora, uma análise circunstanciada das principais fontes demográficas, bem como dos vários processos metodológicos freqüentemente utilizados neste tipo de investigação histórica.

## I — AS FONTES

De um modo geral, todas as populações do passado — sobre as quais não dispomos de informações estatísticas, ou se estas existem são precárias e insuficientes — encontram-se no âmbito da Demografia Histórica. Imenso, portanto, é o seu campo de ação, que compreende praticamente toda a História, desde os tempos mais remotos até o passado recente. Sendo assim, tornou-se inevitável o estabelecimento de uma periodização, tendo em vista as peculiaridades de cada época e, sobretudo, a grande diversidade das fontes disponíveis.

Dentro desta periodização geral, interessa-nos analisar, apenas, a fase mais recente, proto-estatística, onde existem, com relativa abundância, fontes demográficas susceptíveis de exploração, mas são poucos ou inexistentes os documentos estatísticos propriamente ditos. A rigor, o próprio período proto-estatístico deveria, também, ser seccionado em duas fases, isto em decorrência da maior ou menor dificuldade apresentada pela manipulação das fontes. Teríamos, assim, de um lado, o proto-estatístico antigo, onde estaríamos limitados a uma “exploração sumária dos registros, em séries freqüentemente incompletas, de decifração penosa e relativamente pobres de informações”; de outro lado, o proto-estatístico recente, onde já poderíamos dispor de fontes mais seguras; de uma vasta documentação seriada, homogênea e contínua, capaz de permitir, inclusive, operações altamente requintadas como, por exemplo, a reconstituição de famílias (8).

De qualquer sorte, o lastro documental para o estudo deste período, tomado como um todo, é constituído fundamentalmente pelos registros paroquiais e pelos antigos recenseamentos. Tais elementos constituem, sem dúvida, a documentação de base para a maioria dos trabalhos realizados em Demografia Histórica. Mas nada impede ao historiador-demógrafo de lançar mão de outros recursos, valendo-se das chamadas “fontes demográficas intermediárias”, como, por exemplo, antigas estatísticas insuficientemente exploradas e, sobretudo, documentos de natureza genealógica (9).

No presente trabalho, limitaremos a nossa análise ao período

proto-estatístico recente e ao estudo da sua documentação de base: registros paroquiais e antigos recenseamentos.

## 1. REGISTROS PAROQUIAIS

Os registros paroquiais ocuparam durante longo tempo, tanto no Brasil como nos demais países de cultura cristã, posição nitidamente secundária no campo da pesquisa histórica. Praticamente marginalizadas, estas grandes séries documentais (que muitas vezes chegavam a cobrir faixas cronológicas de longa duração) eram utilizadas, sobretudo, como lastro para a elaboração de trabalhos genealógicos.

Entretanto, na sua condição de fonte de natureza demográfica, pouco interesse conseguiam despertar os registros paroquiais. Ignorava-se, freqüentemente, a importância daquela massa documental — seriada, homogênea e contínua. Talvez, mesmo, nem lhe fosse conferida a plena dignidade da fonte histórica, pois revelavam-se documentos sem maior importância, incapazes de grandes revelações (salvo no caso excitante das genealogias...) e, de um modo geral, pobres de conteúdo, de manipulação extremamente monótona.

Hoje, felizmente, presenciamos por toda a parte a reabilitação das séries paroquiais, que representam, talvez, a “fonte mais densa para a história dos povos” (10). De fato, os assentos de batismos, casamentos e óbitos — conservados nos arquivos de Cúrias ou de freguesias isoladas — constituem a documentação básica para a reconstituição e a análise dos movimentos populacionais, de curta e longa duração. Extremamente ricos são os dados por eles fornecidos, tanto de natureza quantitativa como qualitativa, dados essencialmente demográficos, sem dúvida, mas que dão margem a enfoques de outra natureza. Através dos registros, entramos em contacto direto com as massas anônimas, o que nos permite acompanhar, passo a passo, a trajetória de uma coletividade, surpreendendo-a nos momentos de crise e de euforia; captando-lhe os mecanismos mais secretos, e adquirindo, mesmo, uma certa familiaridade com a sua atmosfera social, os seus hábitos, os seus costumes religiosos e laicos, as suas representações coletivas.

a) ORIGEM — Assunto bastante controverso é o da origem do registro sistemático dos três grandes eventos demográficos — o nascimento, o casamento e a morte. Para alguns, esta prática teria as suas raízes na Antiguidade Clássica. Roger Mols, porém, procura demonstrar que o surgimento do registro encontra-se vinculado ao descrédito que, no campo do Direito, a prova oral passaria a sofrer

em relação à escrita<sup>(11)</sup>. Mas polémica desta natureza escapa, evidentemente, ao objetivo do presente trabalho.

O certo é que os primeiros registros conhecidos datam do século XIV, mas são praticamente inexpressivos como fonte para a Demografia Histórica: documentos bastante raros, descontínuos, cobrindo faixas cronológicas insignificantes e, por isto mesmo, destituídos de qualquer valor estatístico.

É no decorrer do século XVI que a prática do registro será devidamente regulamentada, tornando-se, com o tempo, obrigatória para todo o mundo cristão. Na França, por exemplo, surge a famosa *Ordnance de Villiers-Cotterets*, em 1539, visando disciplinar, com seus artigos 50 a 54, a feitura dos assentos de batismo e de óbito. Mas foi, sobretudo, o Concílio de Trento que lançou, em bases definitivas, a regulamentação necessária. Posteriormente, outras medidas seriam adotadas, com a finalidade de aperfeiçoar e fiscalizar a prática dos registros.

Em Portugal, é curioso notar que providências desta natureza foram tomadas muito cedo. Antecipou-se de muito ao Concílio de Trento, pois, em pleno século XIV, a Carta Régia de D. Afonso IV, datada de 1352, já procurava regulamentar a matéria. Tempos depois, na primeira metade do século XVI, as *Constituições do Arcebispado de Lisboa* determinavam às várias freguesias que os batismos e os óbitos fossem cuidadosamente registrados em livro especial. Finalmente, nas *Constituições de Coimbra*, de 1591, ordenava-se a manutenção, em todas as paróquias, de livros separados para os assentos de batismos, casamentos e óbitos, o que veio representar um aperfeiçoamento considerável na prática do registro<sup>(12)</sup>.

O Brasil haveria de herdar, por muito tempo, esta legislação eclesiástica portuguesa. Pelo menos até o surgimento das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, elaboradas em 1707, graças à iniciativa de D. Sebastião Monteiro da Vide<sup>(13)</sup>. A partir de então, a feitura dos registros paroquiais brasileiros ficaria sujeita a uma nova regulamentação, detalhada e extremamente rigorosa.

b) ESTADO DAS FONTES — Tomaremos, de agora por diante, os assentos paroquiais da Bahia — conservados no Arquivo da Cúria — como exemplos para analisar a evolução, o conteúdo e as principais características deste gênero de documento.

Tais registros encontram-se reunidos, segundo a sua categoria, em três tipos de livros, devidamente numerados e rubricados: livros de batismo, livros de casamento e livros de óbitos. Não existe, entretanto, nenhuma separação em decorrência da condição social dos

indivíduos. Tanto a população livre como a escrava, encontram-se registradas conjuntamente.

O estado de conservação destas grandes séries paroquiais é, lamentavelmente, dos mais deficientes, não apenas devido à precariedade física dos documentos, como também à ausência freqüente de livros de registros, alguns extraviados, outros simplesmente destruídos pelo tempo. Para os séculos XVI e XVII, o acervo do Arquivo da Cúria é praticamente inexistente. Apenas uns poucos livros conseguiram sobreviver, mas tão raros e danificados que não chegam a formar uma documentação contínua e, por esta razão, apresentam significado reduzido para estudos de natureza demográfica. A situação permanece, mais ou menos a mesma, para os documentos do século XVIII.

Sem dúvida, é ao século XIX que pertencem as séries mais bem conservadas e, somente a partir deste momento, torna-se viável um estudo demográfico, em bases realmente científicas. Isto não quer dizer que a documentação paroquial, neste último período, se apresenta rigorosamente intacta. Muito ao contrário. O investigador tropeça, a cada instante, com dificuldades de toda a ordem: ora é o estado material dos livros que torna extremamente penosa a leitura dos registros; ora é o espantinho sempre constante das lacunas, a interromper bruscamente séries cronológicas que julgávamos quase perfeitas.

Entretanto, apesar de todos os entraves — naturais, de resto, em pesquisas desta natureza —, o certo é que as fontes paroquiais do século XIX oferecem bases seguras para uma análise demográfica retrospectiva.

c) CONTEÚDO DOS REGISTROS — A partir das *Constituições* de 1707, o conteúdo dos assentos paroquiais vai se manter mais ou menos fiel às primitivas disposições, pelo menos em relação aos seus elementos básicos. É certo, porém, que a redação de tais registros variou bastante durante o século XIX, a depender do maior ou menor cuidado que os sacerdotes dispensavam a seu assentamento. Em certos períodos, por exemplo, constatamos um laconismo impressionante, restringindo-se o documento àquelas informações consideradas básicas pela legislação eclesiástica. Em outros momentos, é a riqueza de dados, é o detalhe revelador, é a descrição cuidadosa e pormenorizada que passam a caracterizar as séries paroquiais.

De um modo geral, as indicações fornecidas com maior regularidade são as seguintes:

**REGISTROS DE BATISMO:**

- datas do batismo e do nascimento
- local onde a cerimônia foi realizada (matriz, capela filial, oratório privado)

- nome da pessoa batizada
- condição da criança (filho legítimo, natural, ou criança “ex-posta”)
- nome completo dos pais
- residência dos pais
- cor e condição social dos pais (livres, forros ou escravos)
- nome completo dos padrinhos
- estado civil e local de residência dos padrinhos
- nação africana de origem (no caso dos escravos importados)
- assinatura do padre.

**REGISTROS DE CASAMENTO:**

- data do casamento
- local onde a cerimônia foi realizada (matriz, igreja filial ou oratório privado)
- nome completo dos noivos
- formas de filiação (filhos legítimos, naturais ou “expostos”)
- cor e profissão (esta última muito raramente)
- condição social (livres, forros ou escravos)
- residência e paróquia de origem
- dispensa de consanguinidade
- idade dos noivos (muito raramente)
- nome completo dos pais
- nome completo das testemunhas
- estado civil e residência das testemunhas
- assinatura do padre.

**REGISTROS DE ÓBITOS (14):**

- data do falecimento
- nome completo da pessoa falecida (para crianças e escravos apenas o primeiro nome)
- formas de filiação (sendo crianças: filhos legítimos, naturais ou “expostos”)
- idade e cor
- causa da morte
- estado civil
- condição social (livre, forro ou escravo)
- profissão (a partir da segunda metade do séc. XIX)
- residência
- paróquia de origem (não regularmente)
- nome completo dos pais (sendo óbitos de criança)
- nação africana de origem (no caso de escravos importados)
- local do sepultamento (matriz, igrejas filiais, cemitérios públicos)
- qualidade da cerimônia



- admissão ou não dos sacramentos
- assinatura do padre.

Estes são os dados fornecidos, com bastante regularidade, pelos registros de batismo, casamento e óbito. Apesar da boa qualidade desta documentação paroquial, somos obrigados a lamentar a ausência, quase sistemática, de alguns elementos de grande relevância, tais como: profissão e idade dos noivos, assinatura das testemunhas, profissão dos pais da criança batizada.

## 2 — ANTIGOS RECENSEAMENTOS

Ao lado dos registros paroquiais, que constituem a documentação de apoio para o estudo das flutuações demográficas de curta e longa duração, um outro tipo de fonte impõe-se ao historiador-demógrafo: os antigos recenseamentos. São eles que vão permitir uma avaliação aproximada da população total, bem como a reconstituição e a análise do estado demográfico desta população, em determinado momento.

A partir dos dados fornecidos, pode-se chegar ao estudo detalhado de certas características demográficas, tais como: condição social, idade, sexo, composição de famílias, estado matrimonial, participação geográfica dos habitantes, distribuição sócio-profissional, etc. Infelizmente, os antigos recenseamentos constituem uma documentação bastante rara e, muitas vezes, precários ou insuficientes são os elementos fornecidos.

Na França, por exemplo, a obrigatoriedade das “listas nominativas” de recenseamentos passa a existir em 1831, mas somente a partir de 1836 é que se verifica a elaboração regular e sistemática de tais documentos. Para os períodos anteriores ao século XIX, são poucos os recenseamentos conhecidos, o que levou L. Henry e M. Fleury, na primeira edição de seu *Manuel de Dépouillement*, a tecer o seguinte comentário: “o estudo das características demográficas das populações modernas é feito, na maioria dos casos, mediante a combinação dos dados fornecidos pelos recenseamentos, com as estatísticas do registro civil. Este apelo a duas fontes diferentes é impossível em relação ao passado: os recenseamentos são inexistentes ou bastante precários. Unicamente os registros de estado civil e, antes deles, os registros paroquiais são utilizáveis. Portanto, é a partir de uma única fonte, e não de duas, que se deve estudar a demografia do passado” (15).

A situação, apesar de grave, não chega a ser insuperável. Pierre Chaunu, por exemplo, enfatiza a importância dos “données directes momentanées” do período pré-estatístico — até então sistematicamente negligenciados pelo investigador — dados estes que poderiam abrir novas perspectivas para os estudos demográficos (16).

## OS CENSOS DA BAHIA (SÉCULOS XVII E XIX)

O assunto, entre nós, já foi tratado de maneira exaustiva por Thales de Azevedo, no seu livro *Povoamento da Cidade do Salvador* (17). Em capítulo especial, o autor procede a uma análise pormenorizada e rigorosa dos censos baianos do século XVIII. Para todo o período anterior (séculos XVI e XVII), desconhecemos qualquer documentação de natureza estatística, e as informações disponíveis não passam de “vagas estimativas”, que muito dificilmente poderiam refletir a realidade demográfica de então.

Ao século XVIII pertencem, de fato, os primeiros censos demográficos, e estes começaram a surgir logo no início, como se verifica pelo artigo 144 das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Pouco depois, em 1708, o Governador Luís César de Menezes tomava providências para a realização de um censo bastante detalhado, onde deveriam figurar, para cada paróquia, a relação dos chefes de família, o número de filhos segundo o sexo e a idade, bem como o número de fogos.

Entretanto, recenseamentos mais elaborados — com discriminação de idade, cor, estado civil, número de nascimentos e de óbitos — somente surgiriam na segunda metade do século XVIII. Como exemplo, citaremos o “mapa de população” datado de 20 de junho de 1775. E do ano imediato seriam as “instruções” que visavam nortear o recenseamento a ser realizado nas ilhas e capitanias do Brasil. A população, segundo os critérios adotados, estaria dividida em 10 classes:

- 1.<sup>a</sup> classe: crianças do sexo masculino até a idade de 7 anos.
- 2.<sup>a</sup> classe: rapazes de 7 a 15 anos.
- 3.<sup>a</sup> classe: homens de 15 até 60 anos.
- 4.<sup>a</sup> classe: velhos de 60 anos para cima, com especificação particular dos que passassem dos 90 anos.
- 5.<sup>a</sup> classe: crianças do sexo feminino até a idade de 7 anos completos.
- 6.<sup>a</sup> classe: raparigas de 7 até 14 anos.
- 7.<sup>a</sup> classe: mulheres de 14 até 40 anos.
- 8.<sup>a</sup> classe: mulheres adultas e velhas de 40 anos para cima, com especificação particular de todas as que passassem dos 90.
- 9.<sup>a</sup> classe: todos os nascimentos ocorridos no ano em que se fizesse o recenseamento.
- 10.<sup>a</sup> classe: todas as mortes ocorridas no mesmo ano.

Referindo-se a estas “instruções” de 76, Thales de Azevedo comenta que uma grande lacuna estava sendo superada, ao se ordenar a inclusão de “crianças impúberes”, até então ausentes dos cálculos, dividindo-as em duas categorias que correspondem aproximada-

mente aos grupos atuais de pré-escolares e escolares; entretanto — observa o autor —, classificou de modo diverso os púberes e adultos dos dois sexos, atendendo às diferentes idades da puberdade e às médias de duração de vida e à aptidão para o trabalho em cada sexo”.

Não obstante, convém salientar que, apesar de todo o avanço verificado na elaboração dos censos, é fácil constatar a precariedade dos dados fornecidos. De Vilhena viria, talvez, a primeira advertência, ao comentar, em fins do século XVIII, que a realização de uma tal empresa, em país como o nosso, não seria tão fácil como se poderia supor à primeira vista. E justifica criteriosamente as suas restrições: “. . . os pais de família, receosos de que lhes peçam filhos para soldados, não só ocultam muitos, como nem dão os nomes nos róis de confissão e o mesmo praticam com os escravos, receosos de alguma capitação ou tributo, segundo o número de escravos que constar possuem” (18).

De qualquer sorte, as estatísticas do século XVIII, apesar das deficiências e imprecisões, oferecem elementos preciosíssimos para a reconstituição e a análise das antigas estruturas demográficas. Basta, apenas, que sejam manipuladas com a devida cautela, a fim de se evitar conclusões apressadas e deformantes.

Quanto ao século XIX, a documentação existente continua a desafiar o historiador com as mesmas dificuldades anteriores; precários e extremamente escassos são os dados estatísticos deste período. Na verdade, os recenseamentos conhecidos não chegam a constituir uma base documental suficientemente sólida, o que leva o pesquisador a se restringir, quase sempre, às “vagas estimativas” de viajantes estrangeiros ou autoridades locais. Em 1805, efetuou-se um recenseamento de natureza eclesiástica, provavelmente o primeiro do século XIX. Mas, somente em 1935 é que seriam tomadas providências objetivas para a realização de um censo geral, extensivo a todo o território da Província. Entretanto, muito pouco conhecemos dos resultados alcançados, pois os documentos encontram-se desaparecidos, salvando-se, apenas, os censos de quatro paróquias (inclusive a de S. Pedro da Capital), localizados por Thales de Azevedo no Arquivo Público.

A partir de 1835 — e por quase quatro décadas — não temos notícia de outras tentativas no gênero. Teríamos que aguardar o ano de 1872, quando seria realizada a primeira indagação censitária em plano nacional. Ainda na década dos 70, poderíamos citar um “mapa de população”, de origem eclesiástica, recentemente localizado por nós no Arquivo da Cúria de Salvador. Trata-se de um “Quadro Comparativo das Freguesias do Arcebispado para servir de base às divisões de Freguesias com as distâncias quilométricas

da Capital". Este documento refere-se às paróquias das Províncias da Bahia e de Sergipe, e oferece as informações seguintes: data da fundação, distância da Capital, número de almas e de fogos de todas as freguesias do Arcebispado.

Finalmente, em 1890, seria efetuado o último recenseamento do século XIX, de âmbito nacional e, talvez, o primeiro a refletir, com relativa exatidão, a realidade demográfica do País.

## II — PROCESSOS METODOLÓGICOS

Uma vez localizadas as séries paroquiais, e devidamente submetidas ao rigor da crítica histórica, poderá o pesquisador utilizar-se dos seguintes processos metodológicos:

- levantamento exaustivo em fichas demográficas;
- exploração sumária, anônima ou nominativa;
- exploração parcial baseada em processos de sondagem.

Não temos a intenção, no presente trabalho, de realizar análise circunstanciada dos vários métodos utilizados em Demografia Histórica. Para tanto, recomendamos ao interessado a consulta (indispensável, no caso) da bibliografia especializada. Tentaremos, apenas, traçar um rápido esboço dos dois primeiros processos metodológicos (levantamento exaustivo e exploração sumária anônima), processos estes que têm servido de base ao estudo, que ora realizamos, sobre a evolução demográfica de Salvador no século XIX.

### I. LEVANTAMENTO EM FICHAS DEMOGRÁFICAS

Este método consiste na exploração exaustiva dos assentos paroquiais, cujas informações de interesse demográfico deverão ser transcritas em fichas individuais devidamente padronizadas: formato 13½cm x 21 cm; e cores diferentes a depender da categoria dos assentos — ficha verde para óbitos; branca para casamentos; rosa para batismos. O preenchimento de tais fichas terá que obedecer a critérios bastante rígidos, a fim de permitir, posteriormente, a rápida manipulação dos dados coletados. A este respeito, o já citado *Nouveau Manuel de Dépouillement et l'Exploitation* apresenta regras gerais que devem orientar o processo de levantamento de dados, especialmente daqueles que são comuns às três categorias de registros: nomes, datas, idades, profissões, residência e origem, nomes de lugares, parentesco, assinaturas, etc<sup>(19)</sup>.

São as seguintes as principais vantagens apresentadas pelo método exaustivo: além de permitir manipulação bastante flexível (pois a classificação das fichas pode obedecer a critérios os mais variados), este tipo de levantamento consegue captar um grande

número de informações, praticamente a totalidade dos dados fornecidos pelo documento original. Por outro lado, torna mais rápido o processo de "reconstituição de famílias", e permite, enfim, a realização de monografias altamente elaboradas.

A título de ilustração, apresentamos no final do trabalho três modelos de fichas, ora utilizadas no levantamento exaustivo da Paróquia da Sé. Apesar de inspiradas no modelo L. Henry-M. Fleury, apresentam algumas modificações impostas pela realidade demográfica da Bahia no século XIX.

## 2. MÉTODO DE EXPLORAÇÃO SUMÁRIA

O processo de levantamento sumário tanto pode ser anônimo como nominativo, a depender dos objetivos visados pela pesquisa. Representa, em relação ao método exaustivo, considerável economia de tempo, mas implica em certas dificuldades de manipulação. Pelo fato de utilizar listas "coletivas" — onde a transcrição dos registros é feita na mesma ordem dos livros paroquiais — encontra-se o pesquisador na impossibilidade de alterar a classificação original, puramente cronológica, e de aproximar registros com características comuns.

De todos os métodos sugeridos, o levantamento sumário-anônimo é o que apresenta maior simplicidade e rapidez. Limita-se, apenas, à coleta de alguns elementos essenciais de cada registro, sendo recomendável a sua aplicação em estudos demográficos de caráter geral, sem maiores profundidades<sup>(20)</sup>.

Quanto ao segundo processo — exploração sumária nominativa —, obedece, em linhas gerais, aos mesmos critérios do anterior, com a diferença de incluir, agora, os dados que irão servir de base à reconstituição de famílias: nomes, sobrenomes e relações de parentesco<sup>(21)</sup>.

Para melhor compreensão e domínio dos métodos aqui sumariados, impõe-se a consulta da bibliografia especializada, onde o pesquisador encontrará trabalhos altamente sugestivos: obras de natureza puramente metodológica, como também estudos de casos concretos que servem para ilustrar a viabilidade da metodologia proposta.

Concluindo: são os registros paroquiais, em séries homogêneas e contínuas, juntamente com os antigos recenseamentos disponíveis, que vão permitir ao historiador da população — quando apoiado em processos metodológicos específicos — a realização de análises demográficas no seio de sociedades tradicionais, pré-industriais e pré-estatísticas. E esta nova "conquista" no campo da pesquisa histórico-gráfica representa a abertura de amplas perspectivas. A partir de

acervos documentais aparentemente pobres, torna-se possível o conhecimento de "zonas" históricas até então quase invioladas.

Abre-se, assim, para o historiador-demógrafo, um campo de ação extremamente vasto, e no centro do qual repousam, quase intactos, "os grandes problemas opacos do subsolo da história humana".

#### JOHILDO LOPES DE ATHAYDE

1 Reinhard, M. *Histoire et Démographie. Rev. historique.* Paris: 194, 1950.

2 Sobre a evolução da Demografia Histórica, consultar o trabalho de Guillaume, P. & Poussou, J. P. *Démographie historique.* Paris, A. Colin, 1970 (Coll. U).

3 Deyon, Pierre Amiens. *Capitale provinciale; étude sur la société urbaine au 17<sup>e</sup>. siècle.* Paris, Mouton, 1967. — Couturier, Marcel. *Recherches sur les structures sociales de Châteaudun, 1525-1789.* Paris, SEVPEN, 1969. — Braudel, Fernand. *Civilization matérielle et Capitalisme, XV<sup>e</sup>. — XVIII<sup>e</sup>.* Paris, A. Colin, 1967. — Goubert, Pierre. *Beauvais et Beauvaisis de 1600 à 1730; contribution à l'histoire sociale de la France du XVII<sup>e</sup>.* Paris, SEVPEN, 1960.

4 Henry, L. & Fleury, M. *Des registres paroissiaux à l'histoire de la population; manuel de dépouillement et d'exploitation de l'état civil ancien,* Paris, INED, 1956. Mais recentemente, os mesmos autores publicaram o *Nouveau manuel de dépouillement et d'exploitation de l'état civil ancien.* Paris, INED, 1965.

5 Henry, L. *Manuel de démographie historique.* Paris, Droz, 1967.

6 Henry, L. & Gautier, E. *La population de Crulai, paroisse normande; étude historique.* Paris, PUF, 1958.

7 Balhana, Pilatti Altiva. "Evolução demográfica de Curitiba no século XIX". Curitiba, Univ. Fed. do Paraná. — Marclio, Maria Luiza. "Tendances et structures des menages dans la Capitainerie de São Paulo, 1765-1828, selon les listes nominatives d'habitants". Assis, São Paulo, Fac. de Filosofia, Ciências e Letras. — Levy, Maria Bárbara. "Aspectos da história demográfica e social do Rio de Janeiro, 1800-1889". Rio de Janeiro, Univ. Fed. Fluminense. — Mattoso, Kátia M. de Queiroz & Athayde, Johildo L. de. "Epidemias e flutuações de preços na Bahia do século XIX". Salvador. Univ. Católica & Univ. Fed. da Bahia.

8 Henry, op. cit. nota 5, p. IX-XI.

9 Um bom exemplo da utilização de geneologias para estudos de Demografia Histórica é o trabalho de Henry, L. *Anciennes familles genevoises; étude démographique, XVI<sup>e</sup>.-XX<sup>e</sup>. siècle.* Paris, PUF, 1956.

10 Goubert, Pierre. *Cent mille provinciaux au XVII<sup>e</sup>. siècle.* Paris, Flammarion, 1968. p. 49.

11 Mols, R. *Introduction à la demographie historique des villes d'Europe du XVIIe. au XVIIIe. siècle*. Louvain, D. Gemnloux, 1954. v. I, p. 77.

12 Silva Neto, Maria de Lourdes. *A freguesia de Santa Catarina de Lisboa no 1.º quartel do século XVIII; ensaio de demografia histórica*. Lisboa, Centro de Estudos Demográficos, 1959. p. 14-18.

13 Vide, Sebastião Monteiro da. *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia, 1707*. São Paulo, Ed. São Paulo, 1853.

14 Os livros de *Bangüê*, conservados no Arquivo da Santa Casa de Misericórdia, representam uma complementação necessária dos registros paroquiais do Arquivo da Cúria. Tais livros contêm os assuntos de óbitos de grande parte da população escrava de Salvador, cujos funerais eram realizados na Santa Casa. A partir da segunda metade do século XIX, verifica-se, também, o registro, em livros de S. C. M., das pessoas sepultadas do Cemitério do Campo Santo. Esta coleção é composta de 19 livros que cobrem, com lacunas relativamente pequenas, uma faixa cronológica que se estende de 1685 à 1862.

15 Henry & Fleury, op. cit., 1956, p. 14.

16 Chaunu, op. cit., p. 317.

17 Azevedo, Thales de. *Povoamento da Cidade do Salvador*. Salvador, Ed. Itapoan. 1969. Deste trabalho recolhemos as principais informações relativas aos censos baianos dos séculos XVIII e XIX.

18 Vilhena, Luis dos Santos. *Recopilação de noticias soteropolitanas e brasílicas*. Braz do Amaral, anot. Salvador, Imp. Oficial, 1921. v. 2, p. 481.

19 Henry & Fleury, op. cit., 1965, p. 38-53.

20 Ibid., p. 55-67.

21 Ibid., p. 71-75.

LEVANTAMENTO EXAUSTIVO: FICHA DE BATISMO

<b>BATISMO</b>		Ano: _____	N.º DA FICHA
Data bat.: _____		Data nasc.: _____	
Nome: _____		cór _____	
Cond. social: _____		(Se escravo de quem)	
Filho: _____ de _____			
e de _____			
Fr. atual dos pais: _____			
<u>PAI</u>		<u>MAE</u>	
Prof. _____		Prof. _____	
Cór _____		Cór _____	
Fr. origem: _____		Fr. origem: _____	
Cond. social: _____		Cond. social: _____	
<u>PADRº</u>	Nome: _____		Observações
	Est. civil: _____		
	Fr. atual: _____		
	Cond. social: _____		
<u>MADRª</u>	Nome: _____		Observações
	Est. civil: _____		
	Fr. atual: _____		
	Cond. social: _____		
PADRE: _____			<b>PARÓQUIA</b>
OBSERVAÇÕES: _____			
_____			
_____			
_____			
_____			
_____			Data da Pesquisa:
<div style="border: 1px solid black; width: 50px; height: 20px; display: inline-block;"></div>		LIVRO	PÁGINA

Formato 13  $\frac{1}{2}$  x 21, cor rosa.



LEVANTAMENTO EXAUSTIVO: FICHA DE CASAMENTO

CASAMENTO				Ano: _____	N.º DA FICHA _____	
Data: _____ Local: _____						
<u>NOIVO</u>						
Nome: _____				Idade: _____		
Filho _____ de _____				Prof.: _____		
_____ e de _____				C. soc. _____		
Viúvo de: _____				Cór: _____		
				Fr. or.: _____		
				Fr. at.: _____		
<u>NOIVA</u>						
Nome: _____				Idade: _____		
Filha _____ de _____				Prof.: _____		
_____ e de _____				C. soc. _____		
Viúva de: _____				Cór: _____		
				Fr. or.: _____		
				Fr. at.: _____		
<u>TESTEMUNHAS</u>						
1.ª Test.		Nome: _____				
		Fr. at.: _____				
2.ª Test.		Nome: _____				
		Fr. at.: _____				
3.ª Test.		Nome: _____				
		Fr. at.: _____				
<u>ASSINATURAS</u>						
	C/ass	S/ass	Ass. Smb	C/ass	S/ass	Ass. Smb
NOIVO				1ª Test.		
				2ª Test.		
NOIVA				3ª Test.		
PADRE: _____						
OBSERVAÇÕES: _____						
_____						
_____						
_____						
_____						
<div style="border: 2px solid black; width: 80px; height: 30px; margin: 0 auto;"></div>				PARÓQUIA   Data da Pesquisa: _____		
				LIVRO	PAGINA	

Formato 13  $\frac{1}{2}$  x 21, cor branca.

LEVANTAMENTO EXAUSTIVO: FICHA DE ÓBITO

<b>ÓBITO</b>		Ano: _____	N.º DA FICHA
Data: _____			
Nome: _____			
Idade: _____	Côr: _____	Prof. _____	
Causa da morte: _____			
Filho: _____ de _____ e de _____			
Freguesia de origem: _____			
Freguesia atual: _____			
Estado civil: _____ (Solteiro, casado com, viúvo de)			
Cond. social: _____ (Se escravo, de quem)			
PADRE: _____		SACRAMENTOS	
Local do sepultamento: _____		TESTAMENTO	
OBSERVAÇÕES: _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____		PARÓQUIA	
_____			
_____		Data da Pesquisa: _____	
_____		LIVRO	PÁGINA
_____			

Formato 13  $\frac{1}{2}$  x 21, cor verde.

REGISTROS DE BATISMO

*[The page contains approximately 15 lines of handwritten text in Portuguese, which is extremely faded and difficult to read. The text appears to be baptismal records. On the right side of the page, there is a large handwritten number '151' and the name 'Luzina' written vertically. At the bottom of the page, there is a printed header 'Paróquia da Sé - 1810' and a page number 'Livro 3, p. 151'. The handwriting is in an old cursive script, and some words like 'Batizado' and 'Pátria' are faintly visible.]*



